ANAIS
IV EURO ELECS
2021

ARTIGO

NOVOS TERRITÓRIOS DOMÉSTICOS EM TEMPOS PANDÊMICOS, UM ESTUDO COM ÊNFASE NA CRIANÇA

ARAÚJO, José Alberto C. de
(araujoalberto.arq@gmail.com)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

MEDEIROS, Thuany Guedes
(guedes.thuany@gmail.com)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

DINIZ, Yane Almeida
(yanediniz@gmail.com);
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

FEITOSA, Ana Rosa S. N.
(ananegreiros@ufpi.edu.br)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

SCHMIDLIN, Flávio
(flavio.schmidlin@yahoo.com.br)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

DUARTE, Imara A.M.
(imara.duarte@gmail.com)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

COSTA, Angelina Dias Leão
(angelinadlcosta@yahoo.com.br)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

PALAVRAS-CHAVE:

Criança, território, territorialidade, apropriação espacial, COVID-19

RESUMO

A dinâmica imposta pela situação sanitária ocasionada pela pandemia do Sars-CoV-2 influenciou diretamente no cotidiano familiar. Neste cenário, as crianças também sofreram diversas mudanças em sua rotina. O fechamento de escolas, creches e áreas de lazer, até a reorganização e adaptação de espaços trouxe à tona desafios para se conviver com o público infantil em ambientes confinados. Apesar da escassez de estudos sob esta ótica, pode-se afirmar que pandemia da COVID-19 afetou crianças de formas multifacetadas.

Este trabalho é pautado na reflexão e nos questionamentos sobre a relação pessoa-ambiente em períodos de confinamento, mais especificamente a relação entre as crianças e suas moradias. A pesquisa de caráter exploratório foi desenvolvida no âmbito da disciplina Relação Pessoa-Ambiente, ofertada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Universidade Federal da Paraíba. Objetivou-se refletir acerca da percepção infantil sobre a casa em tempos de pandemia. A metodologia utilizada buscou correlacionar a dimensão CRIANÇA/CASA e foi construída a partir da tríade (imagem, percepção e representação), sendo feito o uso do desenho como expressão imagética do ambiente do ponto de vista infantil,- desenvolvidos por oito crianças com idade entre quatro e nove anos.

Inicia-se o estudo com a conceituação de território e territorialidade, a partir das palavras de autores de referência no tema, perpassando o conceito de territorialidade de criança, para então aproximar com discussões relacionadas à dimensão analisada neste trabalho. Território, territorialidade e apropriação do espaço conduzem a interpretação dos desenhos infantis postos sob análise. Os resultados obtidos apontam uma ressignificação do lar enquanto espaço construído por adultos, mas que também é apropriado por crianças.

Observou-se no público analisado que a casa, por vezes, não é mais vista como local de abrigo e acolhimento, mas como o local sob o qual se recolhe e se realiza atividades possíveis ao confinamento.

1. INTRODUÇÃO

A casa é tida como abrigo e palco de descobertas da infância. Nas palavras de Winnicott (1966) a casa é um lugar onde o mundo do ser humano se inicia, enquanto para Bachelard(1957), em se tratando de poéticas espaciais, é na casa que o homem (a mulher e a criança) estabelece suas raízes no mundo em sua humanidade. Pautado na interdisciplinaridade entre conceitos da psicologia ambiental, com pitadas de filosofia e psicanálise, este artigo disserta sobre as relações estabelecidas entre a criança e a casa no contexto de pandemia.

Ao pensar a casa como palco do espetáculo da infância, a criança é ator principal da observação experimental desenvolvida neste trabalho, na qual se coloca como desafio o desenho desse cenário. Sob o contexto de pandemia, busca-se analisar através da noção de território e territorialidade a percepção da criança sobre sua casa sob as lentes analíticas desses conceitos com o auxílio de desenhos como expressão imagética do ambiente e relatos pessoais de oito crianças de quatro a nove anos de idade.

O trabalho estrutura-se com um primeiro momento de apreensão dos temas amplos, definidos a partir de autores de referência na psicologia ambiente; para em seguida refinar a pesquisa estabelecendo as relações entre os aportes conceituais e o nosso sujeito, a criança. Compreendidos os termos, serão observadas, à luz desta conceituação, as expressões imagéticas do ambiente, desenhadas pelas crianças, para finalmente se estabelecer as relações pontuadas entre casa e criança no contexto da pandemia, no período compreendido entre março de 2020 e maio de 2021. Acredita-se que, através dessa exploração, foi possível apreender indícios do que há de relevante na casa, enquanto território e espaço de apropriação infantil.

2. TERRITÓRIO

Em uma abordagem geográfica, ao tratar-se da relação da criança com o espaço em que está inserida refere-se a um espaço apropriado e usado por um ator social, isto é, um território (SANTOS e SILVEIRA, 2001). No entanto, neste trabalho faz-se uso de uma abordagem mais aproximada da psicologia ambiental, na qual os territórios são tratados como "recortes espaciais diferenciados onde se conjugam identidades e diferenças" (MOREIRA, 2006 *apud* HIGUCHI e THEODOROVITZ, 2018, p.232). Percebe-se a inserção de outras nuances, para além da questão espacial, à noção de território. Ao adicionarem-se termos como "identidades" e "diferenças", agregam-se fatores mais subjetivos e diretamente ligados ao sujeito, à pessoa em relação ao ambiente. Nesses ordenamentos territoriais, "ao mesmo tempo em que se delimitam os usos sociais ali possíveis, o senso de apropriação e o apego ao lugar vão se constituindo" (HIGUCHI e THEODOROVITZ, 2018, p.228).

Kuhnen *et al.* (2010) traçam o ciclo entre o indivíduo e a construção do território. Essa construção se inicia com a permissão de controle ambiental, ou seja, a possibilidade que o sujeito tem de alterar o espaço em que está inserido. Com essa possibilidade em mãos, o indivíduo é capaz de adicionar sua identidade, ou a do

seu grupo, ao lugar – trata-se de um comportamento territorial de personalização do lugar – transformando tal espaço em território. O território, então, passa a ter papel regulador das interações sociais e fortalece o sentimento de pertencimento ao lugar. "A personalização também é freqüentemente associada à territorialidade. O ato de personalizar define um espaço territorial por meio de marcas pessoais, que indicam pertencimento" (KUHNEN, *et al.* 2010, p.539). Conseqüentemente, há elevação da autoestima, aumento de satisfação e promoção de bem-estar do indivíduo, em um processo que se retroalimenta, conforme a figura 1.



Figura 1. Esquema dos efeitos do indivíduo ao território na personalização do lugar, baseado em Kuhnen *et al.* (2010).

2.1 TERRITORIALIDADE

A territorialidade é um conceito que surge na etologia tradicional[1], mas que também é utilizado para estudo e compreensão das relações humanas. Em sentido estrito, a territorialidade é entendida como uma necessidade inata, visto que o monopólio sobre o território atende três necessidades básicas do ser humano: identidade, autonomia e segurança (ARDREY, 1966). Essa territorialidade implica também "um sentimento de posse relativa a um determinado espaço individual ou grupal, quer ele esteja vinculado ou não à propriedade (oficial, jurídica) do mesmo" (ELALI, 2009, p. 7). Ou seja, pode não haver de fato uma posse do local reconhecida oficialmente, mas há uma posse subjetiva, relativa ao aspecto emocional (sentimento) do indivíduo ou grupo.

De acordo com Elali (2009), a territorialidade humana tem como característica uma relação bidirecional entre comportamento e ambiente físico. Na medida em que se estabelecem espaços físicos para uso e ocupação, o comportamento sofre influência direta dos mesmos espaços com o quais se relaciona e se interage (ELALI, 2009). Outro fato suscitado pela autora, diz respeito à existência e uso de "marcadores culturalmente reconhecidos", que servem como vestígios ou indícios para

1 Etologia: especialidade da biologia que estuda o comportamento animal. A etologia tradicional tem como objeto de estudo o comportamento das espécies.

demarcação de locais e sua definição de alcance físico. Os estudos que versam acerca dessas questões consideram o tempo de ocupação de determinado local e corroboram que o reconhecimento da territorialidade orienta o comportamento de outros indivíduos que se movimentam pela área (MARTINEZ-TORVISCO, 1998; ELALI, 2009).

2.2 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

No âmbito do comportamento socioespacial, é uma prática comum aos indivíduos apropriar-se de espaços de maneiras variadas, de modo a relacionar-se com o ambiente no qual estão inseridos, desenvolvendo assim ligações afetivas ou relações de poder (ELALI, 2009).

> "Por meio de mecanismos de regulação e controle, o homem organiza o espaço ao seu redor [...]. O ambiente [...] é, sobretudo, uma projeção do próprio homem, um reflexo de seu existir no mundo. [...] na medida em que transforma o ambiente para adequá-lo às suas necessidades, o homem constrói, naturalmente, identidades de lugar. [...] uma compreensão positiva [...] do ambiente [...] pode derivar em apego ao lugar. [...] O apego ao lugar, então, testemunha a apropriação do espaço" (KUHNEN, *et al.* 2010, pp.540-541).

A Apropriação do Espaço é uma noção que se relaciona diretamente à territorialidade. Trata-se da identificação e apego do indivíduo – ao ambiente e a liberdade para interferir no mesmo, deixando nele a sua "marca pessoal" (ELALI, 2009) – e abrange dois componentes inter-relacionados entre si: simbólico, identificar-se com o local; e ação-transformação, possibilidade de personalizar os ambientes (POL, 1992 *apud* ELALI, 2009). Sobre essa ação-transformação, KUHNEN (2010) salienta que

> "[...] quando as possibilidades de alteração das características físicas do espaço construído são reduzidas, o indivíduo lança mão de estratégias de enfrentamento da realidade adversa, com vistas a minimizar possíveis desequilíbrios na relação homem-ambiente e prejuízos psicológicos" (KUHNEN et al. 2010, p. 541).

Quanto maior é a diferença entre a identidade pessoal do indivíduo e o meio físico em que está inserido, maior será o esforço de enfrentamento dele a essa realidade, cabendo-lhe ativar um maior número de defesas a essa situação. "Essas defesas dizem respeito a ajustamentos e flexibilizações de comportamento frente às exigências do meio, com o objetivo de abrandar o efeito de elementos estressores" (KUHNEN *et al.* 2010, p. 541). Quando não há uma ampla possibilidade de controle do ambiente, cabe ao indivíduo tentar se adaptar ao meio, como forma de reduzir o nível de estresse que a falta de identificação com o espaço poderia ocasionar.

No entanto, há momentos em que o indivíduo não consegue se adaptar o suficiente para transpor os aspectos negativos da falta de identificação com o lugar, cau-

sando estresse físico e psicológico e, por vezes, alterações de conduta. O bem-estar do indivíduo está, portanto, diretamente ligado à construção de seus territórios, à personalização do lugar em que está inserido, à relação pessoa-ambiente (KUHNEN *et al.*, 2010).

2.3 PRIVACIDADE

Nos estudos de psicologia ambiental, a privacidade é um conceito universal pautado em três aspectos que se correlacionam: a pessoa, suas interações e o espaço. Trata-se de um artifício de controle em que o indivíduo regula sua exposição e interação com o ambiente. Nessa lógica, "a territorialidade pode ser entendida como sendo o elemento-chave para regular as interações sociais e a apropriação do espaço. [...] como um mecanismo para atingir o grau de privacidade desejado" (KUHNEN *et al.* 2010, p. 541).

A construção de territórios é também um processo regulatório pelo qual cada pessoa torna-se mais ou menos acessível e aberta a outros, de modo que o espaço pessoal e o comportamento territorial são mecanismos de fronteira interpessoal usados para se alcançar níveis desejados de privacidade. Ou seja, um processo de controle da fronteira interpessoal por meio do qual uma pessoa ou grupo regula sua interação com outras pessoas.

Para alcançar os níveis de privacidade desejados, o indivíduo lança mão de alguns mecanismos comportamentais que podem ser: verbais, através da comunicação verbal e suas características lingüísticas; não-verbais, usando da linguagem corporal; ambientais, com o uso de vestuário e adorno, a limitação do seu espaço pessoal e a construção de território; e, culturais, com seus costumes, normas e estilos de comportamento que regulam o contato entre pessoas e grupos (ALTMAN, 1975).

3. TERRITORIALIDADE DE CRIANÇA

Ao estabelecer diálogos entre estudiosos da infância e suas relações com o ambiente, Parente (2009) coloca em evidência algumas considerações a respeito da casa. De acordo com a autora, enquanto para Bachelard (1957), a casa é analisada como um espaço que, por excelência, cria as raízes do homem no mundo, para Winnicott(1966) a casa é o lugar onde o mundo do ser humano se inicia. Desta forma, a casa é um universo em miniatura, que se traduz nos braços da mãe suficientemente boa que sustenta o bebê, no brinquedo predileto que tem valor de objeto transicional, na segurança da rotina que traz a confiança no mundo, ou em tantos outros detalhes necessários para que a constituição psique-corpo[2] se desenrole. De acordo com Parente (2009), ambos os autores pensam a casa como um espaço primordial para que a conquista de aspectos fundamentais da existência humana possa ocorrer.

2 Relação síncrona entre corpo e mente, com base nos estudos de Jung (1971).

Com efeito, a casa é, à primeira vista, um objeto rigidamente geométrico, o que implica na sua análise racional. Sua realidade inicial é visível e tangível. É feita de sólidos bem talhados, de vigas bem encaixadas. A linha reta predomina. O fio de prumo deixou-lhe a marca de sua sabedoria, de seu equilíbrio. "Tal objeto geométrico deveria resistir a metáforas que acolhem o corpo humano, a alma humana. Mas a transposição para o humano ocorre de imediato, assim que encaramos a casa como um espaço de conforto e intimidade, como um espaço que deve condensar e defender a intimidade. Abre-se então, fora de toda racionalidade, o campo do onirismo" (BACHELARD, 1957, p. 64).

Segundo Vasconcellos (2006), as crianças criam sua própria territorialidade na medida em que se apropriam dos espaços que foram para elas planejados ou não. Os espaços de apartamento, casa, rua, quintal, escola ou quaisquer outros em que a criança utilize consistem em lugares transformados em territórios.

Há uma diferença entre o território das crianças e o território para as crianças, pois as crianças criam sua própria territorialidade na medida em que se apropriam dos espaços que foram para elas planejados ou não (VASCONCELLOS, 2006). O quartinho projetado pelos pais, por profissional da arquitetura ou *design* de interiores, para ser o lugar da brincadeira das crianças pode, ou não, efetivamente cumprir com o seu objetivo final. A criança pode se apropriar do espaço e fazê-lo, portanto, seu território, ou pode simplesmente deixá-lo de lado e apropriar-se da sala de estar da casa, marcando-a com seus brinquedos a sua ocupação, por exemplo.

4. A CRIANÇA E A CASA EM PANDEMIA

O experimento aqui exposto suscita um questionamento inicial "qual seria o significado da casa para as crianças?" De maneira imediata, pode-se relacionar a casa como um local de proteção, privacidade e restauração do estresse, o espaço como um refúgio em meio ao caos social e sanitário no qual a sociedade está passando. Porém, a pandemia trouxe um impacto na vida de todos, e as crianças, seres humanos em período de formação física e mental, sentem de maneira acentuada as mudanças no seu território. Os ambientes que possuíam funções determinadas em cada momento do seu dia são agora os espaços em que se realizam múltiplas tarefas, por maiores períodos de permanência, o que pode afetar as percepções para com esses locais.

De acordo com Campos (fala verbal, in DELABRIDA, 2021), alguns impactos negativos podem surgir em conseqüência da mudança repentina das rotinas das crianças, tais como indicativos de ansiedade, impaciência, intolerância, desgaste emocional. O sofrimento pode ser causado em virtude das transformações dos espaços freqüentados, como supracitado, pela permanência em longos períodos nestes locais, ou por espaços desconfortáveis e inadequados. Além disso, as crianças também são afetadas pelas alterações de humor de todos dentro de uma residência. A psicóloga também pontua a necessidade de pesquisas para análises de índices de impactos pós-traumáticos que determinadas situações podem causar.

Alguns dos referidos problemas são citados por Delabrida (2021), quais sejam: o excesso de tempo que as crianças passam conectadas a ambientes virtuais — seja assistindo televisão, utilizando *tablets*, celulares, ou computadores com atividades relacionadas ao entretenimento; assim como em função das obrigações escolares vinculadas ao ensino à distância (EAD).

Outra questão é a da produtividade que por vezes continua sendo exigida às crianças, que devido às alterações nas rotinas podem apresentar 'dificuldade de foco', causando impasses para concretização dos afazeres. Segundo Barros (fala verbal, in DELABRIDA, 2021) é necessária uma maior compreensão acerca desse aspecto, pois o excesso de atividades irá sobrecarregar a todos da família, incluindo os adultos responsáveis, em especial as mães. Barros (2021) acrescenta que o tédio e o ócio também são importantes no processo de desenvolvimento das crianças e é fundamental atualizar as rotinas de maneira compatível.

Em sua palestra, Barros (2021) trata do tema "promovendo o bem-estar das crianças no ambiente domiciliar". A psicóloga ressalta que "estar confinado" permitiria outras possibilidades de aproximação, portanto, seria este um momento de maior apoio familiar, de fortalecimento de vínculos, uma oportunidade de conversas sinceras para tentar explicar a situação e promover o desenvolvimento da resiliência nas crianças, uma busca de compreensão e equilíbrio entre os familiares. Pode-se aqui relacionar essa resiliência ao esforço de enfrentamento do indivíduo em meio ambientes estressores, abordado por Kuhnen (2010).

Para promover a saúde emocional das crianças e da família uma das alternativas é a de tornar as crianças pertencentes a estes ambientes – nas palavras de Elali (2009), apropriar-se do espaço – buscando propiciar atividades simples e incluí-las, tais como na participação da organização da casa ou no processo de produção da alimentação, desenvolvendo atualizações nas rotinas, porém sem uma extrema rigidez, as quais se adéquam às identidades dos familiares, às classes sociais; enfim, às situações diversas de cada núcleo familiar.

Ao pensar a casa enquanto espaço de criação e imaginação infantil, coloca-se este objeto como território das crianças, ainda que não tenha sido planejada para tal finalidade, a casa torna-se campo de manifestação da territorialidade da criança e espaço a ser por ela explorado. Quando possível, um rearranjo espacial pode ser realizado para proporcionar melhores condições. Ao considerar que a casa é um espaço ergonomicamente e esteticamente pensado para adultos, reavaliar os ambientes às necessidades das crianças é substancial; permitir que a criança, como indivíduo, possa personalizar o lugar conforme sua identidade é uma forma de aumentar o seu bem-estar e diminuir os elementos estressores relacionados à falta de identificação com o lugar (ARDREY, 1966).

Os espaços devem permitir o desenvolvimento da autonomia da criança ampliando suas capacidades e estimulando, através das experiências de apropriação do espaço, a memória, o raciocínio, o equilíbrio e a coordenação. Estas podem ser auxiliadas por meio de objetos, equipamentos, brinquedos e através da experimentação, criação e movimentação do corpo no espaço.

4.1 TERRITORIALIDADE INFANTIL / MAPAS AFETIVOS

O exercício com mapas afetivos desenvolvidos por crianças de idade entre quatro e nove anos nos apresenta os reflexos da pandemia na relação estabelecida entre a casa e as crianças. Entende-se por mapas afetivos "imagens ou representações assentadas em sinais emotivos ou expressivos, elaborados a partir de recursos imagéticos [...]. Eles são indicadores das estratégias de ação e avaliação dos níveis de apropriação (pertencer ou não pertencer a um lugar), apego (vinculação incondicional a um lugar) e de identidade social urbana (conjunto de valores, representações, atitudes que tomam parte da identidade do indivíduo no lugar). Como sínteses dos afetos, eles também apontam o nível de implicação do indivíduo no lugar [...]" (BOMFIM, 2003, *apud* BOMFIM, 2008, p. 64).

Foi sugerido que um grupo de cinco crianças entre quatro e cinco anos de idade, em ambiente escolar, representasse através de desenhos suas casas a partir da indicação dos respectivos ambientes: sala, quarto, cozinha e banheiro, bem como as atividades desenvolvidas nesses locais, na tentativa de mapear o território e a territorialidade a partir da análise das representações espaciais desenhadas. Ademais, fez-se a mesma solicitação para mais três crianças, entre sete e nove anos de idade. Vale ressaltar que essa foi uma limitação da pesquisa, devido às restrições da pandemia, apenas houve acesso às crianças sob responsabilidade dos colegas do curso de Pós-Graduação.

As figuras trazidas pelas crianças revelam em si alguns aspectos relacionados à territorialidade em comum, e, mais estreitamente, à chamada territorialidade de criança, que por muitas vezes se revela em um território fora dos direcionados às crianças. Percebe-se nos desenhos produzidos que em alguns ambientes há a representação de pessoas, o que poderia indicar uma noção de pertencimento ao lugar, o "eu existo". Na figura 2, observa-se a criança como sujeito atuante no espaço em comum, o qual ocupa lugares da casa exercendo suas funções no banheiro ou à mesa.

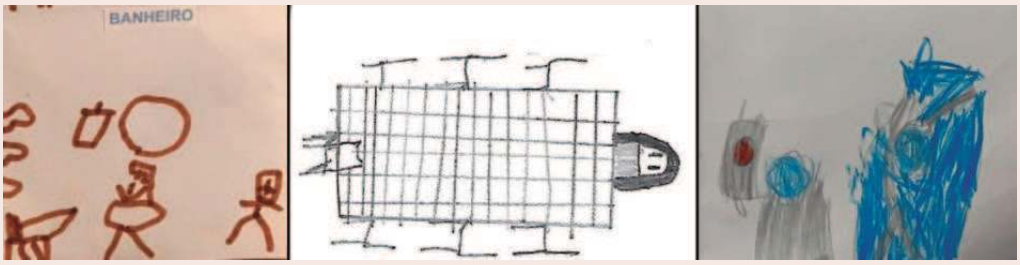

Figura 2. "Eu existo": pessoas representadas. Recortes dos mapas afetivos das crianças (2021).

Noções de delimitação de território, ou privacidade, podem ser intuídas pelas portas representadas nos desenhos. Assim como o controle espacial, que pode ser observado pela representação precisa de alguns elementos, a exemplo de janelas e armários altos inacessíveis às crianças, conforme é apresenado na figura 3. Nos desenhos, a criança percebe os limites do espaço que se encerra imaginando barreiras que podem ser ou não ultrapassadas dada a condição infante.

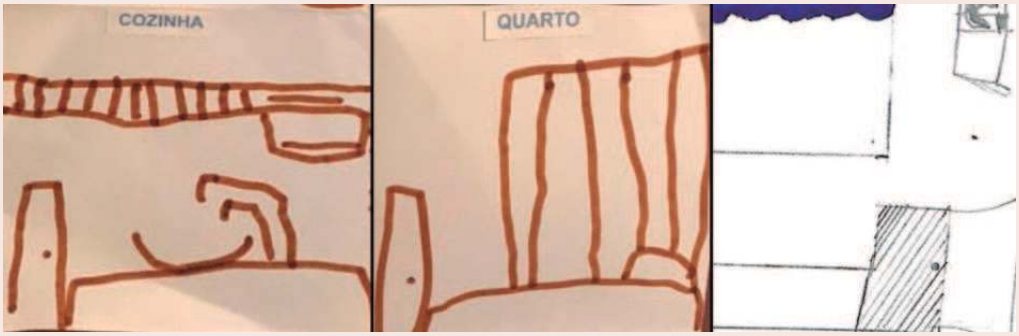

Figura 3. Privacidade: portas representadas. Recortes dos mapas afetivos das crianças (2021).

Ademais, vê-se que alguns espaços são desenhados com mais cores, muitas vezes com representações mais lúdicas, que remetem ao apego da criança ao lugar, às territorialidades definidas pelas crianças, seja na sala de estar ou em seu próprio quarto. Assim como esperado, o uso da tecnologia aparece em todos os desenhos (figura 4), através da televisão a criança parece tentar conectar-se com o mundo fora de casa, as interações sociais interrompidas pela pandemia acabam dando lugar às interações virtuais. É simbólico como a criança percebe o objeto de interação virtual em toda sua potencialidade, em cores e expressões que representam um possível apego pelas relações estabelecidas em tempos de pandemia através deles.



Figura 4. Tecnologias: televisão, jogo. Recortes dos mapas afetivos das crianças (2021).

Percebe-se por esse pequeno recorte apresentado, que os conceitos relacionados à territorialidade estão impregnados no dia-a-dia não só dos adultos, mas também das crianças, que por muitas vezes não são vistas como indivíduos merecedores e, assim como os adultos, com necessidade inata de pertencer ao lugar, de constituir territorialidades próprias. Os desenhos apresentados corroboram o que é suscitado por Lynch (1960, pp. 139-140) ao apontar que as imagens constituem "um corpo de crédito ou um conjunto de hábitos" concebido como "um organizador de fatos e possibilidades"; mais que isso, "a imagem ambiental pode ir mais longe e atuar como um organizador de atividades".

5. CONCLUSÕES

O experimento pautado a partir de questionamentos sobre a relação da casa com a criança em tempos de pandemia apresentou conceitos necessários à reflexão. Ao explorar as noções de território e territorialidade, pertencimento, apropriação do espaço e privacidade, entende-se, sob a perspectiva da criança, que o espaço construído por adultos a ela também pertence e deste, o infante se apropria, fazendo-se personagem ativo na construção do cenário da vida real.

Tomada a casa como palco, percebe-se através da observação de desenhos feitos por crianças, alinhando-os com os conceitos explanados, que a situação pandêmica ressignificou a percepção do lar pelos pequenos. Observa-se este fato de relevância quando a criança passa a conceber a casa não mais como local de abrigo e acolhimento, mas como o local sob o qual se recolhe e realiza atividades possíveis ao confinamento, atividades estas destacadas através dos desenhos pelo uso de telas, como possíveis janelas que as conectam com o mundo externo.

Acreditando ser a casa como porto seguro e templo do acolhimento, colo materno e ponto de partida das relações da pessoa com o mundo, torna-se necessária a atenção nas trocas estabelecidas entre a casa com o início do viver e as influências do morar sobre a percepção e compreensão inicial que as crianças têm do universo em constante expansão da infância até a vida adulta.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Altman, I. (1975). The environment and social behavior. Monterey, California: Brooks / Cole.

Ardrey, R. (1966). The Territorial Imperative: A Personal Inquiry into the Animal Origins of Property and Nations. New York: Atheneum, 6th ed.

Bachelard, G. (1957). A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes.

Barros, W. (2021). Promovendo o bem-estar das crianças no ambiente domiciliar [S. l.]: Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA), 19 mai. 2021. 1 vídeo (1h:10min:15s). [Webinar]. Disponível em: https:// www.youtube.com/ watch?v=c_UWuS-yiIg. Acesso em: 20 mai. 2021. Mediação de Zenith Delabrida e participação de Camila Bolzan Campos.

Bonfim, Z. A. C. (2008). Afetividade e Ambiente Urbano: uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. In: Pinheiro, J.Q.; Günther, H. (Org.). Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente. Casa do Psicólogo. p. 253-280.

Campos, C. B. (2021). Promovendo o bem-estar das crianças no ambiente domiciliar [S. l.]: Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA), 19 mai. 2021. 1 vídeo (1h:10min:15s). [Webinar]. Disponível em: https:// www.youtube.com/ watch?v=c_UWuS-yiIg. Acesso em: 20 mai. 2021. Mediação de Zenith Delabrida e participação de Winnie Barros.

Delabrida, Z. (2021). A Psicologia Ambiental na Pandemia: e as crianças. [*S. l.*]: Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA), 19 mai. 2021. 1 vídeo (1h:10min:15s). [Webinar]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c_ UWuS-yiIg. Acesso em: 20 mai. 2021.

Elali, G. A. (2009). Relações entre comportamento humano e ambiência: uma reflexão com base na psicologia ambiental. In: Anais do Colóquio Internacional Ambiências compartilhadas: cultura, corpo e linguagem. Rio de Janeiro, 2009, p. 1-17. Disponível em: https://0501.nccdn.net/4_2/000/000/071/260/Artigo-GLEICE-ELALI-FULL.pdf. Acesso em: mai. 2021.

Higuchi, M.; Theodorovitz, I. (2018). Territorialidades. In: Cavalcante, S.; Elali, G.(org.). Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente. Vozes. p. 228-236.

JUNG, C. G. (1971). A natureza da Psique. In: Obras completas. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 8/2.

Kuhnen, A. *et al.* (2010). A importância da organização dos ambientes para a saúde humana. IN: Psicol. Soc**.**, Florianópolis, v.22, n.3, p. 538-547. Disponível em: https:// doi.org/ 10.1590/ S0102-71822010000300014. Acesso em: 11 mai. 2021.

Parente, A.A.F.(2009). A casa e o holding: conversas entre Bachelard e Winnicott. In: Nat. hum., São Paulo, v. 11, n. 1, p. 73-100, jun. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/ scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302009000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em abr. 2021.

Martinez-Torvisco, J. (1998). Espacio personal y ecología del pequeno grupo. In: J. I Aragonés; M. Amérigo, M. (Orgs). Psicología Ambiental. Madrid: Ediciónes Pirámide. p. 101-122.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (2001). O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, Record.

Vasconcellos, T. de. (2006). Criança do lugar e lugar de criança. In: 29ª Reunião Anual da Anped. Reuniões Científicas. GT07 - Educação de crianças de 0 a 6 anos. Disponível em: http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT07-2482--Int.pdf Acesso: mai. 2020.

Winnicott, D.W. (1966). Tudo começa em casa. São Paulo: Ubu editora.